

PENSAMENTO LIBERAL CLÁSSICO: UMA ANÁLISE

Thomas Pescarini Tasca
Prof ° Dr. Leonardo Mèrcher

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a bibliografia existente a respeito das relações entre as teorias de comércio internacional e sua relação entre os fatores de alocação na macroeconomia, a fim de compreender os impactos positivos e negativos resultantes desse processo, bem como pensar em formas menos abusivas de obter sucesso nessa tramitação, originalmente proposta e pensada por Adam Smith, aperfeiçoada por David Ricardo e reestruturada, obedecendo conceitos temporais obedecidos, por Heckscher & Ohlin. Sendo o comércio internacional objeto contínuo de aperfeiçoamento por partes não somente das condições de trocas, mas também sobre a hegemonia de suas relações exteriores, alguns axiomas como os apresentados no presente artigo buscam associar as matrizes e o cerne que conduziram e conduzem relações no anárquico ambiente internacional da troca. Através deste trabalho conclui-se a incessante busca pelo superávit nas balanças comerciais, bem como – à percepção intrínseca – o cerne da formação de zonas de livre comércio, blocos econômicos, entre outros fatores. Depreende-se, também, uma clara analogia entre o aperfeiçoamento dos termos de troca e o rol não exaustivo de uma clara imperfeição do objeto central da troca: o capital.

Palavras-chave: relações internacionais; comércio internacional; comércio internacional; mercantilismo; Vantagens Absolutas; Vantagens Relativas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de tema muito importante para a história das relações internacionais: O comércio internacional e o surgimento de suas diretrizes. Com o decorrer dos anos, ganhou grande visibilidade e o tema virou alvo de grande interesse devido, principalmente, às mudanças econômicas que permeiam ao longo dos séculos. Com base em estudos científicos, a respeito da teoria de Adam Smith, da obra elaborada por David Ricardo e o aperfeiçoamento do pensamento proposto por Heckscher & Ohlin, é feita uma retrospectiva do caminho percorrido desde os primeiros relatos do surgimento do tema até os dias de hoje, deixando claro ao leitor a importância de um maior aprofundamento sobre este assunto.

Após um panorama histórico sobre o tema, abordando assuntos como o Mercantilismo, Teoria das Vantagens Absolutas e das Vantagens Relativas, o trabalho focaliza suas atenções na história do livre comércio e quais seus desdobramentos nos dias atuais. Entende-se que esse trabalho poderá despertar o interesse das pessoas acerca desta temática e também um estudo referente ao processo da economia e do mercado na atualidade, trazendo, assim, novas considerações ao assunto.

2. HISTÓRIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 Mercantilismo

Sabe-se hoje que um fator muito importante para o desenvolvimento do comércio internacional foi o chamado mercantilismo, movimento que teve seu prestígio por diversas vezes abalado pela historiografia, inicialmente com a primeira ideia imprecisa de Smith, perpassando pela abrangência das definições de Hecksher, chegando ao relato de Coleman, mas que segue com total relevância até os dias atuais, segundo Supriyayak (2009). É importante citar que, de acordo com Supriyayak (2009), as transformações vivenciadas pela sociedade europeia no século 17, iniciando com a dissolução do feudalismo, tem relação com a expansão do comércio e com a formação dos Estados Nacionais. Segundo o autor: “O absolutismo, ancorado na hegemonia do capital comercial, desenhou, aí, a política econômica ajustada a seus fins: o mercantilismo” (p. 572).

Desse modo, fica claro que fatores como: protecionismo; estímulos ao comércio de longa distância; escravismo colonial; acumulação de saldos na balança comercial; desenvolvimento da marinha mercante; e o crescimento demográfico, estão associados, a fim de conquistar um único objetivo: um estado forte e poderoso. Dessa forma, capital comercial, absolutismo e mercantilismo conformam, na verdade, uma unidade indissociável (SUPRYAK, 2009).

Autores como Malynes, Misselden e Mun *apud* Supryak (2009) acreditavam que tudo dependia da boa administração da moeda e que somente dessa forma seria garantido o bom funcionamento do comércio internacional e a prosperidade da nação. Malynes foi ainda mais além, por sua preocupação incansável por

questões monetárias, garantiu a sua certeza de que a moeda determina os preços das mercadorias (SUPRYANK, 2009).

2.2 Os Conceitos de Vantagens Absolutas e Vantagens Relativas

De acordo com Bado (2004), o termo “vantagem relativa” foi criado no início do século XIX, pelo economista inglês David Ricardo, com o intuito de provar que a Inglaterra era de fato a especialista naquilo que melhor sabia produzir. Dessa forma, ela teria comparativamente custos de produção menores, e compraria no mercado internacional aquilo que custasse mais caro produzir internamente.

Além do efeito positivo que exercia sobre a produtividade e a especialização dos países, o princípio de livre comércio de Smith (1979) era no que estava amparada essa teoria. Smith acreditava que cada grupo ou nação viria a se aprimorar na produção de algo no qual se considerasse mais capaz. Aplicando-se então o princípio fundamental da divisão do trabalho em termos internacionais o que em longo prazo resultaria na vantagem máxima no plano nacional e no internacional, alcançando a elevação do emprego e da renda a nível mundial (BADO, 2004).

Para Smith (1979), o qual o comércio internacional é um dos pontos principais do seu pensamento, o comércio externo se baseia em diferenças de custo de produção. A riqueza das nações seria o resultado do aumento da produtividade do trabalho e este, por sua vez, seria resultado da divisão do trabalho, que é a consequência da propensão da natureza humana a negociar um produto em troca de outro, limitada, no entanto, pela extensão do mercado.

De acordo com Gontijo (2007), com o aumento do mercado para os produtos que são feitos no país, ocorre o aprofundamento da divisão do trabalho, colaborando para aumentar a riqueza das nações. Através da intervenção do comércio internacional, um país exporta as mercadorias que consegue produzir mais barato que os demais e importa aquelas que produz mais caro, gerando, então, mais dos produtos que faz com maestria, e consumindo mais produtos do que seria capaz na ausência do comércio internacional.

Dessa forma, Ricardo conseguiu mostrar em sua obra que cada país seria levado a especializar-se não nas produções em que teria vantagem absoluta, mas sim naquelas em que haveria maior vantagem relativa. Para o autor, o aumento da

taxa de lucro da economia não é, necessariamente, um resultado do comércio exterior. A variação da taxa de lucro ocorre tão somente no caso da variação dos salários reais e, portanto, a taxa de lucro do comércio exterior será necessariamente igual à taxa de lucros do resto da economia (GUIMARÃES, 1997).

Ricardo, em seu livro “Princípios de Economia Política e Tributação” (1979) *apud* Guimarães (1997), salienta que os salários reais, são determinados pelo custo dos produtos de bens de consumo, como o trigo, por exemplo. Por sua vez, o custo do trigo seria estabelecido pela renda da terra, entre outros fatores. O comércio exterior, ao impedir o uso da terra marginal que causaria o aumento da renda da terra, permite assim a manutenção da taxa de lucro (dos industriais), ou, no caso de abandono das terras marginais, o aumento dela.

As principais vertentes do modelo de David Ricardo, segundo Gontijo (2007) pressupõem então:

- O comércio de dois países, com dois produtos, uma hipótese facilmente descartável;
- Só existe um fator de produção, que é o trabalho, e este é perfeitamente móvel no interior de um país, e imóvel internacionalmente;
- Há diferentes tecnologias em diferentes países e o uso delas é uma explicação possível para diferentes estruturas de preços relativos nos vários países;
- A balança de comércio está sempre equilibrada e o custo dos transportes é igual a zero;
- A economia tem custos constantes de escala.

Dessa forma, então, a obra de Ricardo foi nomeada de “Teoria das Vantagens Absolutas”, qual era basicamente pautada no fator que o país seria levado a especializar-se não nas produções em que teria vantagem absoluta, mas sim naquelas em que haveria maior vantagem relativa. O modelo de Ricardo de comércio exterior acarreta, então, na especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagens comparativas (BADO, 2004).

2.3 Adam Smith e a Mão Invisível

Dentro da grande e extensa obra de Adam Smith está a metáfora da “mão-

invisível”, esta que, em geral, é entendida como representando a ideia de que o mercado seria uma instituição capaz de transformar o auto interesse individual em benefícios sociais, sem a necessidade de intervenção da “mão-visível” do Estado. O estado seria apenas responsável por garantir a ordem institucional e cuidar da justiça. Nesse contexto, Smith é visto como um, segundo Siqueira, (2014) “apologista do capitalismo liberal”, e grande defensor do desejo individual que buscar melhores condições de vida.

Adam Smith acreditava que ordem social seria uma situação alarmante que adequaria a confusão dos interesses individuais e os traduziria em bem-estar para a sociedade. Ao invés de entrarem em conflito, ocasionando uma “guerra hobbesiana ou à paz instável lockiana”, todos os interesses privados seriam contemplados e agraciados por uma “mão invisível” que os levaria para o tão sonhado bem-estar coletivo (SIQUEIRA, 2014).

Seria esta uma solução muito boa e tranquila que poderia levar à dissolução de conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada e que dispensaria, em um primeiro momento, o príncipe e a moral, segundo Siqueira (2014). Além disso, esta dissolução seria explicada pela metáfora da “mão invisível”, agindo como um operador social.

Dessa forma, o mercado é então compreendido como algo mais profundo do que um ambiente de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social.

Segundo Siqueira (2014):

[...] e não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada (p.152).

De acordo com Siqueira (2014), o direito à vida digna deve ser garantido pelo estado liberal. Dentro dessa visão, na obra de Smith, ele migrara o desejo essencial do homem para um desejo de ganho, de melhorar sua condição e não pela busca insaciável por poder e glória, como defendia o famoso filósofo Hobbes. Dessa forma, Smith fundaria então a sociabilidade, respaldada em ser comum a todos os homens e, portanto, universal. É importante citar que o mais importante ainda dentro desse contexto é que de fato Smith entendera, ainda que com toda a sua

complexidade, a solução da emergência da ordem pelo contrato de Hobbes e tentara responder no mesmo plano teórico.

Segundo Gontijo (2007) mesmo tendo em vista a influência de várias publicações sobre economia internacional que apareceram depois da publicação de “A Riqueza das Nações”, parece claro que a defesa de Smith para do livre comércio, baseada na teoria das vantagens absolutas, era claramente insuficiente, tendo em vista as necessidades da crescente burguesia industrial inglesa, em luta não apenas contra o intervencionismo estatal e as práticas mercantilistas que ainda prevaleciam em fins do século XVIII e princípios do século XIX, mas também para fortalecer a sua posição no cenário internacional.

Diante do exposto, pode-se afirmar, segundo o Gontijo (2007) que o grande mérito de David Ricardo, criador de princípios sobre Vantagens absolutas e relativas, baseadas na obra de Smith, foi o de apresentar uma teoria do comércio internacional, baseada no princípio das vantagens comparativas. Esta teoria, segundo o autor, aparentemente seria a grande solução dos problemas apresentados pela abordagem de Smith, fornecendo um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos e uma demonstração de que todos os países, independente da estrutura de custos de sua economia, ganhariam com o livre comércio.

2.4 O modelo de Heckscher – Ohlin

Na década de 1930, dois economistas ligados à Escola de Economia de Estocolmo, Eli Heckscher e Bertil Ohlin, tendo como partida inicial a teoria de David Ricardo, criaram um modelo matemático ampliado de equilíbrio geral de comércio internacional, com dois países, dois bens e dois fatores de produção. Este modelo ficou tido como modelo Heckscher-Ohlin, ou modelo 2x2x2. De maneira simplificada, o modelo rege que os países devem desenvolver padrões de comércio e produção com partido nas dotações dos fatores de produção de que dispõem: exportação de produtos os quais o fator de produção exista em maior abundância e importar os bens que necessitam para sua produção fatores mais escassos em seu território nacional (ARIENTI, *et al.* 2017).

Tal modelo, segundo os autores, doravante H-O, sugere que cada país tem uma economia de livre mercado feita por consumidores e empresas competitivas,

sendo o ponto de contato a possibilidade de comércio exterior que envolve somente produtos. Não se deduz uma livre circulação de fatores entre os dois países. As nações apresentam tecnologias idênticas para a produção dos dois tipos de produto. Não obstante, para cada bem, utilizam mais um fator do que o outro (ARIENTI, *et al.* 2017).

Assim sendo, considerando que duas economias (N e E) possam produzir bens agrícolas e industrializados com o uso de dois fatores – trabalho e capital – e com tecnologias congêneres, a produção dos agrícolas é mais intensiva em trabalho, e a produção de industrializados, em capital. A produção em cada país se eles se abrirem ao comércio exterior, segundo o modelo H-O, dependeria da dotação de fatores que ambos apresentariam (ARIENTI, *et al.* 2017).

Para complementar, segundo Arienti *et al.* (2017) supondo que N tenha abundância no fator de produção trabalho, significaria que o custo de produção de bens agrícolas, com maior intensidade em trabalho, seria menor para N, pois a quantidade desse fator barateia seu uso. Por sua vez, o custo de produção de bens industrializados seria mais acentuado, dado que o fator capital teria maior escassez. Portanto, N produziria bens agrícolas com maior abundância e menor custo se comparado a bens industrializados, que necessitam mais intensidade do fator de maior escassez.

Por outro lado, supondo que E tenha abundância de capital e careça do fator trabalho, E produziria bens industrializados a um custo menor, pois estes, por hipótese, seriam intensivos no uso do fator capital. Assim sendo, seria vantajoso para este país produzir mais bens industrializados, uma vez que tem abundância no fator demandado pela produção industrial (ARIENTI, *et al.* 2017).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, é possível perceber, corroborando com a obra de Coutinho *et al.* (2006), que a contribuição de Adam Smith à teoria do comércio internacional é maior do que se pensa. Pois serviu como base para outros estudos, além de ter sido fundamental para a implementação de diversas ideias. Por meio dela é possível compreender leis do comércio que duram até a atualidade.

Em sua teoria, o livre comércio, a divisão do trabalho, o tamanho do mercado, o aumento da especialização e a divisão internacional do trabalho vão produzir o grande feito do crescimento, do aumento da renda e do emprego e o comércio entre os países será o elemento que aumentará a produtividade e a trará a prosperidade.

David Ricardo também contribuiu e desenvolveu a partir da interpretação de Smith a teoria de que as vantagens do comércio não precisavam ser absolutas para criar benefícios. Bastava ter vantagens em termos relativos que haveria ganhos reais para os países que participassem do livre comércio. A teoria de Ricardo foi de grande valia para a sustentação ideológica da consolidação da revolução industrial inglesa, tornando-se um paradigma a ser imitado e de certa forma imposto (COUTINHO *et al.* 2006)

Há ainda diversos autores, como mencionados por Bado (2004), que salientam que o comércio internacional será pautado por uma troca de fatores abundantes por outros escassos, que acabará por trazer um nivelamento dos preços dos fatores. Samuelson *apud* Bado (2004), por exemplo, demonstrou que, em determinadas situações de homogeneidade de fatores e de concorrência, a troca internacional equipará os preços dos fatores de produção, trazendo efeitos crescentes para as nações que participam do comércio.

Outro exemplo disso, o teorema proposto pelos suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, Heckscher-Ohlin (teorema de Heckscher-Ohlin) mencionado por Arienti, *et al.* (2017) sobre a dotação dos fatores de produção e a influência que a tecnologia vai exercer na combinação dos fatores nos diferentes tipos de países. Para ele, as tarifas protecionistas criam um custo, tanto do lado do consumo quanto da produção. Prefere os subsídios às tarifas, como mecanismo de proteção.

Dessa forma, então, a tese das vantagens comparativas é válida quando tratamos de economias com semelhante poder de competição. Quando essa condição não existe, precisam ser criadas políticas públicas de industrialização alternativas (COUTINHO *et al.* 2006).

Esta teoria veio reforçar o argumento de List, citado por Bado (2004) sobre a proteção, mas entendeu que ela deveria ser mais prolongada para dar aos empresários e aos mercados capacidade de amadurecimento. No entanto, tem criado controvérsias no sentido de induzir os setores protegidos a brigar por um mecanismo permanente de proteção, levando as economias a perder eficiência na produção e no comércio.

O fundamento da vantagem comparativa não deve ser considerado de forma estática e, sim, dinâmica. A vantagem comparativa pode ser criada quando um país tem condições de mudar de vocação econômica. O protecionismo de forma permanente é tão dispendioso para um país quanto o princípio da especialização permanente da exportação de matérias primas.

A teoria neoclássica do comércio vai ainda além da teoria dos custos comparativos e levanta a questão dos diferentes fatores de produção como determinantes do comércio internacional, por isso fica a relevância de novos estudos na área que possam buscar compreender as considerações acerca das teorias na atualidade, pois hoje os países periféricos têm duas possibilidades: ou desenvolvem vantagens competitivas dinâmicas ou aceitam a estagnação e a dependência econômica.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, P.F.; VASCONCELOS, D. S.; ARIENTI, W. L. Economia Política Internacional, um texto introdutório. Editora Intersaberes, 2017. 349 p.

BADO, A. L. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: Uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. Revista de Economia e relações internacionais. V. 3, n. 5. São Paulo, 2004.

COUTINHO, E. S.; LANA-PEIXOTO, F. V.; RIBEIRO, P. Z; AMARAL, H. F. De Smith a Porter: Um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. Artigo – economia de empresas. Revista de Gestão USP. V. 12, n. 4. São Paulo, 2005.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. Revista de Economia Política, v.27, n.3 (107), 2007.

GUIMARÃES, E. P. Evolução das teorias de Comércio Internacional. Estudos em Comércio Exterior. V. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 1997.

SIQUEIRA, L. Pobreza e Serviço Social: Diferentes Concepções e Compromissos Políticos. Editora Cortez, 2016. 320 p.

SMITH, A. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SUPRINYAK, C. D. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século. Estudos Econômicos. V. 39, n. 3. São Paulo, 2009.